

Diário do Legislativo de 09/09/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL TRABALHISTA (PSDB, PTB e PDT)

Líder: Mauri Torres

Vice-Líderes: Aílton Vilela, Álvaro Antônio, João Batista de Oliveira, Mauro Lobo e Olinto Godinho

2) LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA (PPB, PSD e PSN):

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Dinis Pinheiro e Miguel Martini

3) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PMDB e PT)

Líder: Anderson Adauto

Vice-Líderes: Antônio Roberto, Maria José Haueisen e Paulo Pettersen

4) LIDERANÇA DO BLOCO LIBERAL (PFL e PL)

Líder: Wilson Pires

Vice-Líderes: Rêmolo Aloise e Ronaldo Vasconcellos

5) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Arnaldo Penna

Vice-Líderes: Carlos Pimenta, Tarcísio Henriques e Wanderley Ávila

6) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Bilac Pinto

Vice-Líderes: Djalma Diniz e Jorge Hannas

7) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Júlio

Vice-Líderes: Antônio Andrade e Arnaldo Canarinho

8) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

9) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Gilmar Machado

Vice-Líder: Durval Ângelo

10) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: Alencar da Silveira Júnior e Bené Guedes

11) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Paulo Schettino

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

12) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Miguel Barbosa

Vice-Líder: Dinis Pinheiro

13) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Ronaldo Vasconcellos

14) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

15) LIDERANÇA DO PSN:

Líder: Miguel Martini

16) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Péricles Ferreira

Vice-Líderes: José Bonifácio, José Braga e Sebastião Costa

17) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Ajalmar Silva

18) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Leonídio Bouças PFL Presidente

Deputado Ajalmar Silva PSDB Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Marcos Helênio PT

Deputado Sebastião Helvécio PPB

Deputado Ibrahim Jacob PDT

SUPLENTE:

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado João Leite PSDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado José Braga PDT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9 horas

EFETIVOS:

Deputado José Henrique PMDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado José Militão PSDB

Deputado José Braga PDT

SUPLENTE:

Deputado Toninho Zeitune PMDB

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Ajalmar Silva PSDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Ivair Nogueira PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 11 horas

EFETIVOS:

Deputado Hely Tarquínio PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Marcos Helênio PT

Deputado João Batista de Oliveira PDT

SUPLENTE:

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado José Braga PDT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Geraldo Nascimento PT Presidente

Deputado José Militão PSDB Vice-Presidente

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado João Leite PSDB

SUPLENTE:

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Paulo Schettino PTB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Ermano Batista PSDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Ivair Nogueira PDT Vice-Presidente

Deputado Tarcísio Henriques PSDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado João Batista de Oliveira PDT

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Ibrahim Jacob PDT

Deputado Agostinho Patrus PSDB

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Bené Guedes PDT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E

TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado José Maria Barros PSDB Presidente

Deputado José Henrique PMDB Vice-Presidente

Deputado Gilmar Machado PT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTES:

Deputado João Leite PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E

ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Kemil Kumaira PSDB Presidente

Deputado Sebastião Helvécio PPB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado José Braga PDT

Deputado Durval Ângelo PT

SUPLENTES:

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado Pérciles Ferreira PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Gilmar Machado PT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Irani Barbosa PSD Presidente

Deputado Ronaldo Vasconcellos PL Vice-Presidente

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

SUPLENTE:

Deputado Miguel Barbosa PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Wanderley Ávila PSDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E

AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Luiz Fernando Faria PPB Vice-Presidente

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputada Maria José Haueisen PT

SUPLENTE:

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Alberto Pinto Coelho PPB

Deputado José Maria Barros PSDB

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues PPB Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Wilson Trópia PFL

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Jorge Hannas PFL

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado Jorge Hannas PFL

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Ronaldo Vasconcelos PL

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Marcos Helênio PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Olinto Godinho PTB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado Wilson Trópia PFL

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Anivaldo Coelho PT

SUPLENTE:

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Raul Lima Neto PDT

Deputado Marcos Helênio PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB Vice-Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Paulo Schettino PTB

SUPLENTES:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira PPB Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Raul Lima Neto PDT

Deputado Tarcísio Henriques PSDB

SUPLENTES:

Deputado Dimas Rodrigues PPB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado José Maria Barros PSDB

SUMÁRIO

1 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

2 - ATA

2.1 - Reunião de Comissão

3 - ORDEM DO DIA

3.1 - Plenário

4 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissão

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

ATO DO Sr. DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral da Secretaria da Assembléia, no uso de suas atribuições, especialmente o previsto no item 9.14 do Edital nº 2/98 do Concurso Público para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Assembléia, na denominação complementar de Consultor, publicado no "Diário do Legislativo" de 3, 6 e 9 de junho de 1998 e tendo em vista o disposto na Lei Estadual nº 11.867, de 28 de julho de 1995, torna público que, por não constar do citado edital a reserva de vaga para pessoa portadora de deficiência, determinada na aludida lei estadual, autorizou a previsão de cláusula editalícia expressa naquele sentido e das adaptações decorrentes, com a consequente abertura das inscrições exclusivamente para este fim.

Ficam, outrossim, convalidadas, para a reserva, as inscrições já realizadas por candidatos que se enquadrem na situação descrita pela mencionada lei, que deverão apresentar requerimento para a qualificação no momento oportuno, nos termos do item do edital.

Os procedimentos determinados neste ato não acarretarão prejuízo para o cronograma estabelecido para a realização do concurso em questão.

Diretoria-Geral, 3 de setembro de 1998.

Dalmir de Jesus, Diretor-Geral.

EDITAL Nº 2/98

Concurso público para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Assembléia, na denominação complementar de Consultor, padrão AL-28, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, publicado no "Diário do Legislativo" dos dias 3, 6 e 9/6/98.

De acordo com ato do Sr. Diretor-Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais datado de 3/9/98, ficam abertas as inscrições, no período de 14 a 18/9/98, nos mesmos locais e condições indicados no item 3 do citado edital, exclusivamente para os candidatos portadores de deficiência, conforme previsão da Lei nº 11.867, de 28/7/95.

Nos termos do referido ato, acrescente-se ao Edital nº 2/98 o item 10, abaixo indicado:

10 - Da vaga reservada para portador de deficiência física.

10.1 - Em obediência ao disposto no art. 1º da Lei nº 11.867, de 28/7/98, 1 (uma) vaga prevista no item 1.1 será reservada ao portador de deficiência física.

10.2 - O candidato abrangido pelo disposto na referida lei e que for aprovado na 1º (primeira) etapa do concurso deverá apresentar requerimento de candidatura à vaga de que trata o item anterior, até o 5º (quinto) dia após a divulgação do resultado final de que trata o item 6.4.7 deste edital.

10.2.1 - Tem-se como automático o requerimento a que se refere esse item para os candidatos inscritos no período de 14 a 18/9/98, cuja inscrição fica exclusivamente vinculada à reserva de vaga a que se refere a mencionada Lei nº 11.867, de 1995.

10.3 - Consideram-se deficiências que asseguram ao candidato o direito de concorrer à vaga reservada aquelas conceituadas na medicina especializada mediante laudo médico, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que constituam inferioridade que implique grau acentuado de dificuldade para integração social.

10.4 - Quando convocados, esses candidatos serão submetidos à perícia médica realizada por junta oficial da Assembléia Legislativa, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente físico e sobre o grau de aptidão para o exercício do cargo.

10.5 - Na falta de candidatos aprovados para a vaga reservada ao deficiente, esta será preenchida por outro concursado, com estrita observância da ordem classificatória.

Diretoria-Geral, 4 de setembro de 1998.

Dalmir de Jesus, Diretor-Geral.

ATA

ATA DA 1ª REUNIÃO especial da comissão parlamentar de inquérito para, no prazo de 120 dias, apurar a entrada de medicamentos falsos na rede hospitalar pública e privada, bem como a comercialização dos mesmos no estado

Às quinze horas do dia doze de agosto de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Wilson Pires, Carlos Pimenta, Adelmo Carneiro Leão e Marcos Helênio (substituindo este ao Deputado Antônio Roberto, por indicação da Liderança do Bloco Parlamentar de Oposição), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Wilson Pires, declara aberta a reunião e informa que sua finalidade é a de eleger o Presidente e o Vice-Presidente, designar o relator e programar os trabalhos da Comissão. Em seguida, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Adelmo Carneiro Leão para atuar como escrutinador. Procedendo-se à apuração dos votos, é proclamado eleito para Presidente o Deputado Wilson Pires, com quatro votos, e para Vice-Presidente, o Deputado Antônio Roberto, também com quatro votos. Sendo o Presidente "ad hoc" eleito Presidente da Comissão, e estando ausente o Vice-Presidente eleito, fica o Deputado Wilson Pires impossibilitado de tomar posse. Não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente "ad hoc" agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião especial, a ser realizada no dia 18/8/98, às 16 horas, no Plenarinho II, com a finalidade de se dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente eleitos, designar o relator e programar os trabalhos; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 1998.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Wilson Pires - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Júnior.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 40ª reunião ordinária, em 9/9/98

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.761, que estabelece diretrizes para o sistema prisional do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.807, que dispõe sobre renúncia do servidor público do Estado à aposentadoria. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.822, que dispõe sobre o sistema estadual de finanças e a estrutura orgânica da Secretaria da Fazenda e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.834, que autoriza o Estado a contratar operação de crédito com o BNDES para o fim que menciona. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/97, do Deputado José Bonifácio e outros, que acrescenta artigo à Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Ermano Batista, Sebastião Costa, Antônio Genaro, Marcos Helênio e João Batista de Oliveira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/98, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar a matéria constante na pauta.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 1998.

Hely Tarquínio, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

402ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 1º/8/98

O Deputado Raul Lima Neto - Exma. Presidenta, que, com maestria, tem, nesses dias, presidido as sessões plenárias desta Casa, Deputada Maria Olívia; Srs. Deputados, meus senhores, minhas senhoras; tenho o dever de subir à tribuna, mesmo considerando que todas as vezes que o faço coloco à prova a paciência dos companheiros, que, sei, neste momento, assim como eu, enfrentam uma campanha árdua, crendo que o ministério político é tão honroso quanto o sacerdócio. Ele é de responsabilidade tão grande para uma nação que aqueles que vocacionados por Deus foram, se eleitos pelo povo, podem deixar rastros, não de engano, não de engodo, não de propagandas enganosas de si próprios, mas de que a justiça e a verdade existem, que Deus existe e que a Nação brasileira pode vir a tornar-se uma grande nação, desde que também o povo, ou seja, a Nação tenha um conceito diferente do que seja a política. Insistimos nessa carreira, porque cremos que a política é coisa certa e acreditamos que o País tem chance.

Era o meu dever subir, até porque não tenho a imprensa, mas tenho um nome. O nome é mais precioso do que o ouro, do que a prata e do que as mais preciosas jóias. Eu diria até que o nome é mais precioso do que a nossa própria existência neste mundo, porque a nossa vida passa, mas o nosso nome permanece: "Os passos passam, mas os rastros ficam".

Sabemos que aqueles que lidam com a palavra, no caso, os jornalistas, deveriam ser também cômicos da grande responsabilidade que pesa sobre eles, especialmente porque responderão um dia, na eternidade, por terem usado do poder máximo e eterno que é a palavra. E a usaram de forma errada, de forma a enxovalhar, e, no mínimo, a denegrir uma pessoa pelo seu procedimento, verificando que há aquele que opera em nós, tanto para querer quanto para efetuar, porque, se não fosse ele, nenhum apóstolo seria apóstolo. Mas é ele quem dá o caráter, a vida e o temor a Deus, que é o princípio da sabedoria. Tenho orado dizendo: "Senhor, tenho andado na minha integridade para contigo". Admiro muito o profissionalismo de um jornalista. Admiro muito os bons jornalistas. Admiro muito aquele que é vocacionado para essa função tão importante, que é uma função profética. Admiro a jornalista, pelo seu senso de humor, que, sempre, nas páginas do seu jornal, na coluna que tem, de forma às vezes brincalhona, tem levado a sociedade mineira a um conhecimento maior de nossos políticos, e, conseqüentemente, o tem levado a uma responsabilidade e a um poder maior, para nortear a política de nosso Estado. Mas, às vezes, erra e não sabe que, quando uma pessoa que tem determinado poder erra, seu erro é gravíssimo, não para si própria, mas para a pessoa com relação à qual ela errou.

Fiz um pronunciamento, que está gravado, e, como prova de que esse pronunciamento é veraz, temos também gravações na Câmara Municipal de Belo Horizonte e temos testemunhas aqui de que o fato narrado foi verossímil. Em nenhum momento quis dizer que dei ao Presidente Fernando Henrique Cardoso a idéia do Plano Real. Isso seria um absurdo. Mesmo que eu fosse participante dessa idéia, não o diria, porque sei que isso é, no mínimo, uma falta de conhecimento de que a exaltação produz a humilhação. Mas é fato, senhores, que está nos anais da Câmara Municipal de Belo Horizonte, e posso provar, porque a verdade é imbatível. Lá estão pronunciamentos meus, na época daquela inflação galopante, em que dizíamos: "Será que o Presidente não sabia que a solução para conter a inflação no País seria verdadeiramente atrelar a nossa moeda a uma moeda forte?"

Eu disse apenas a verdade: que, quando o então Ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, esteve aqui, no início do seu exercício na Pasta ministerial, não se ventilava ainda o real, e disso ele é testemunha. Testemunhas são os que estiveram comigo, quando conversamos e, evidentemente, é claro, é óbvio, elementar, que já devia estar no coração daquele estadista há bem mais tempo, ou da equipe de Itamar Franco, esta, sim, idealizadora, de que era necessário atrelar nossa moeda a uma moeda forte, porque os exemplos davam a nós, brasileiros, a jurisprudência de outras nações. Mas o fato foi colocado de forma que este Deputado parecesse, diria, no mínimo um tolo, ou pior, um estulto, porque o homem que é sábio aos seus próprios olhos... acho que há mais esperança no tolo e no estulto do que nele.

Sai, numa caricatura: "Expliquei para FHC que ele tinha que atrelar a moeda brasileira a uma moeda forte". Diz: "que foi ele que deu a idéia a FHC, quando este era ainda Ministro da Fazenda e veio a Belo Horizonte fazer campanha sobre o anúncio do real". E não foi, não falei que veio fazer campanha sobre o anúncio do real. Tivemos um assunto; na época, eu era Vereador em Belo Horizonte e, pela graça de Deus, atuante. Tenho esta tribuna como o jornalista tem o jornal. A tribuna está para um Deputado como a imprensa está para o jornalista e é desta tribuna que proclamamos que todos aqueles que votaram em Fernando Henrique Cardoso, mas que acompanharam de perto as atitudes dele, especialmente que puderam sondá-lo, quando decisões eram tomadas ou quando ações eram feitas, que eram verdadeiras apologias contra o discurso de quem realizava a ação, estão, como brasileiros, assim como eu, arrependidos.

É elementar que muitas coisas que aconteceram em seu Governo precisam ser discutidas antes de ser atacadas, como, por exemplo, a privatização desta estatal que lega ao povo brasileiro os telefones mais problemáticos e mais caros do mundo, desta estatal que é a TELEBRÁS, que lega à população brasileira, em pleno século XX, engodos, exploração do povo. Como agora há a decisão da TELEMIG de obrigar todos os que possuem telefones celulares a comprarem um telefone celular digital, para que possam ter acesso a uma tecnologia que veio para todos e que poderia servir para todos os telefones. A privatização da Vale do Rio Doce, apoiada por nosso Governador, empresa que acabou com nossos rios, especialmente o rio Doce, poluiu e destruiu o meio ambiente, tem que ser questionada, porque estamos entregando, sim, o monopólio que antes era de estatais a monopólios privados, porque neste País não existe a livre iniciativa, neste País não se incentiva a livre iniciativa.

Sabemos de casos como o do SIVAM, de denúncias como a da compra de votos pela reeleição, comprovadas, quando foram cassados cinco parlamentares no País. Sabemos que a forma continua deformada para que do nosso País escoem as nossas riquezas. Sabemos ainda que nas pesquisas o FHC, mesmo tendo sido um Drácula para o funcionalismo, mesmo tendo considerado a Nação como uma simples empresa, mesmo tendo beneficiado grupos econômicos totalitários e monopolizadores, como as montadoras de automóveis, mesmo tendo permitido a subida exagerada dos preços de eletrodomésticos e dos automóveis, sabemos que está em primeiro lugar nas pesquisas.

O povo brasileiro quer mudar, mas também quer continuar caminhando rumo ao progresso, a uma modernização, de sorte que o nosso País seja definido como moderno, onde o homem seja priorizado e a mão-de-obra seja mais valiosa que o objeto e o lucro seja distribuído com justiça. Isso acontece nos países do Primeiro Mundo capitalista; onde a corrupção seja combatida, porque ela carcome e destrói as estruturas brasileiras, onde essa cultura de corrupção de compra de votos é tão hedionda que leis não são obedecidas ou são interpretadas de forma totalmente flácida, nunca de acordo com o ditado "dura lex sed lex". A lei é dura, mas se estica neste País.

O povo quer mudar e continuar. Vimos, no quadro de candidatas que disputam com Fernando Henrique Cardoso, homens do quilate de alguém formado pela classe trabalhadora, pelo proletariado, como o Lula, e homem também formado por todas as classes, como a trabalhadora e a intelectual, caso do pensador Ciro Gomes, que não está se projetando. Se pensarmos bem, o nosso País tem opção e chance. A chance ocorrerá quando todos nós estivermos cômicos de que iremos responder por cada palavra que sai de nossa boca ou que escrevemos, especialmente o político e o jornalista que, em virtude de sua profissão e vocação tremenda para mudar uma nação, para quebrar uma forma e fazer outra, são responsáveis pela palavra, pelas vocações e pelo respeito dos outros, que foram, como eles, tão importantes quanto os demais para a formação de um corpo social sadio e de uma nação politicamente liberta. Por isso, usei a palavra. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sra. Presidente, Deputada Maria Olívia, que preside os trabalhos desta Casa nesta tarde, Srs. Deputados presentes, senhoras e senhores, estou fazendo uso da tribuna para poder divulgar uma informação e uma grande vitória que Minas Gerais teve, especialmente o Norte de Minas, quando, há exatamente quatro anos, estamos perseguindo uma obra extremamente importante para a região do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha. Após uma luta incansável, difícil, que travamos contra tudo e todos e que exigiu muito de todos nós, parlamentares, principalmente os Deputados Estaduais votados na região do Norte de Minas, observamos que está chegando ao fim essa luta incansável, que, de uma forma muito especial, beneficiará aquela região. Estamos nos referindo ao processo de licitação da Barragem Hidrelétrica de Irapé, que será construída no Norte de Minas Gerais e parte do vale do Jequitinhonha, no rio Jequitinhonha, que irá beneficiar sobremaneira toda aquela região.

A Barragem de Irapé merece, em virtude da luta para conseguirmos chegar no ponto em que estamos hoje, que todos os mineiros saibam o que realmente aconteceu. Tivemos de lutar contra o preconceito das autoridades, que teimaram em não investir naquela região pobre e desassistida, como é a região Norte do Estado de Minas Gerais. Tivemos de lutar contra as desinformações levadas por partidos políticos, por membros ligados a seitas religiosas e, por incrível que pareça, por uma ala da Igreja Católica. Tivemos de lutar contra a própria história, porque, no momento crucial, quando esperávamos a publicação da licitação, a Fundação Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura, anunciou que naquela região existiam ainda remanescentes de um quilombo. Após estudos minuciosos, que foram contratados pelo Governador Eduardo Azeredo e realizados pela UFMG e pela Universidade de Campinas, provamos que os remanescentes, os descendentes de escravos, são, na verdade, descendentes de escravos livres, que foram para a região após obterem suas cartas de alforria, sua liberdade. No entanto, a Fundação Palmares, sabendo que a Barragem de Irapé, investimento de US\$700.000.000,00, o maior investimento do Norte de Minas e vale do Jequitinhonha em toda a sua história, entrou na justiça contra as decisões do Governo de Minas Gerais. Essa ação judicial se arrastou por mais quatro meses, até que tivemos a boa notícia de que havíamos ganhado na justiça, provando que não existem remanescentes de quilombo naquela região. Após todos esses percalços, todas essas dificuldades, idas e vindas a Brasília, após a mobilização de Prefeitos, de Vereadores, de lideranças, da imprensa, após inúmeros discursos feitos desta tribuna por este parlamentar, estamos, hoje, obtendo uma vitória expressiva, importante e maiúscula para a nossa região.

Irapé, povo mineiro, está para a região do Norte de Minas como a única opção de investimento seguro, com recursos determinados. É a única oportunidade que aqueles municípios têm de conseguir asfalto para as suas estradas, além da geração de energia elétrica para todo o Norte de Minas, para outras regiões, inclusive para o Estado da Bahia. Trata-se de um investimento que propiciará projetos de irrigação, levando, acima de tudo, à salvação dos nossos municípios. Quem conhece os Municípios de Botumirim, Cristália, Leme do Prado, Itacambira e Grão-Mogol perceberá a necessidade, a importância de carregarmos essa bandeira de Irapé, lutando até o final, convictos de que nenhuma ação judicial, nenhuma ação política de partidos, nenhuma caravana demagógica que fizeram ao longo desses anos, para propagar a desgraça e pobreza daquela região, obteve êxito. Digo hoje que valeu a pena lutar, persistir, e foi importante o trabalho deste parlamentar e desta Casa Legislativa. Nem tudo está terminado. Vencemos a primeira batalha, e agora, sim, é que verdadeiramente se instalam os grupos licitantes, que vão apresentar suas propostas para terem o direito de construir a Barragem de Irapé. Faço questão de dizer que vamos divulgar esse fato e convocar os senhores Prefeitos para que possam também participar da boa notícia. Aquela região vai ter efetivamente condições de ingressar no caminho do desenvolvimento, no caminho do progresso. Uma região onde as crianças ainda morrem com mal de sete dias, com tétano no cordão umbilical. Uma região em que predomina a fome, em que predomina a desesperança do povo. Irapé virá com essa grande opção, essa grande oportunidade, para que possamos ter o direito de dizer que estamos ingressando no caminho do desenvolvimento e do progresso. Quero ressaltar aqui, e não poderia ser diferente, a participação decisiva, importante e objetiva do Governador Eduardo Azeredo nesse processo. S. Exa. esteve por inúmeras vezes em Brasília, nos momentos mais difíceis, em que tudo parecia perdido, quando advogados e Procuradores da União entravam com suas ações em defesa de um movimento que queria provar o que não existe, que são os remanescentes do quilombo. O Governador Eduardo Azeredo manteve-se firme e em Brasília mostrou a sua força, a sua presença. Com justiça queremos relatar a participação do Governo de Minas nesse processo de Irapé.

Queremos ressaltar também as posições sempre firmes dos Prefeitos daquela região, todas as vezes que os convocamos para ir a Brasília e que fizemos apelos para que constituíssem as suas caravanas, convidassem Vereadores, lideranças. Os Prefeitos do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha se fizeram presentes em Brasília, pois o sonho da construção de Irapé não poderia simplesmente desmoronar diante das dificuldades que enfrentamos. Por tudo isso, apesar de todo o descrédito que existe hoje em relação aos políticos, vale a pena perseguirmos um sonho e fazer esse sonho se transformar em realidade, com ações políticas efetivas, objetivas e responsáveis. Estamos cheios dos picaretas políticos, das politicagens que fazem por aí, explorando a desgraça dos pobres, a pobreza das pessoas, a pobreza material e de espírito das pessoas. Daqueles que querem apenas captar os votos para poder se proclamar defensores, não da população, mas de grupos econômicos, defensores dos ricos, de quem tem o poder e o dinheiro nas mãos. Irapé veio mostrar exatamente o contrário. Veio mostrar que esta Casa, quando quer trabalhar, trabalha, quando precisa apresentar resultados, apresenta.

Também gostaria de ressaltar a posição firme do Presidente desta Assembléia, Deputado Romeu Queiroz, que constituiu uma comissão de acompanhamento da construção de Irapé. E o Deputado Romeu Queiroz também foi firme no seu propósito e facilitou-nos o acompanhamento do processo da construção de Irapé.

Termo o meu pronunciamento com o Plenário praticamente vazio, porque estamos vivendo um período eleitoral, mas não poderia deixar de comunicar esse fato importantíssimo para todos nós. Não poderia deixar passar essa oportunidade, porque foram tantas outras que tivemos para usar desta tribuna e denunciar o que estava acontecendo: os desmandos, as explorações que aconteciam no Norte de Minas, em Jequitinhonha, especificamente em relação a Irapé.

Parabéns a esta Casa Legislativa, e mais uma vez nos congratulamos com o Governador do Estado pela posição correta, firme, como lhe é peculiar, de encarar com seriedade os problemas deste Estado, com responsabilidade, sem temor. Certamente, Governador Eduardo Azeredo, o seu gesto, a sua posição, as suas ações serão divulgadas por todo o Norte de Minas, principalmente naquela região, e os moradores haverão de reconhecer o que o senhor fez, a posição de Minas e a sua proposta para a construção dessa usina, que é, na verdade, repito, a única oportunidade de desenvolvimento da região mais desassistida de todo o Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado* - Sra. Presidente, Deputados, Deputadas, demais pessoas presentes nas galerias, imprensa; ocupo a tribuna para comentar um episódio que nos deixa, por um lado, entristecidos, e, por outro, demonstra, mais uma vez, a força do magistério do Estado.

Em primeiro lugar, o Governo, durante quase quatro anos, colocou que a educação em Minas é o grande modelo em nível nacional e que todos os problemas da área estão equacionados: os trabalhadores, valorizados; os índices de repetência e evasão, equacionados. E, ao mesmo tempo, o que vemos? Em primeiro lugar, é bom ressaltar que a educação em Minas mantém, de fato, a qualidade, mas em virtude de seus trabalhadores. Se a qualidade em Minas é mantida, é porque os trabalhadores da educação se esforçam para tanto, uma vez que todas as dificuldades lhes são impostas. Hoje, professores aprovados em concurso, com mestrado, não conseguem licença. Não estão conseguindo capacitar-se. Só podem fazer os cursos oferecidos pela escola Helena Antipoff. E ali temos companheiras que deram à luz, não têm como voltar às aulas e estão sendo punidas exatamente por isso. Além disso, nos últimos anos, o que temos tido é muito discurso - é muito fácil acabar com a evasão e a repetência da forma como está. Já não há reprovação da 1ª à 4ª série. Evidentemente, o gráfico só poderia mostrar queda da repetência. Além disso, há o desmonte das escolas técnicas profissionalizantes. Alguns cursos técnicos estão sendo fechados, enquanto outros estão encerrando suas atividades neste ano. A partir do ano que vem, não haverá mais isso, porque estaremos livres da tragédia de o Sr. Eduardo Azeredo voltar a ocupar o cargo de Governador do Estado. Felizmente, isso não vai ocorrer.

Em segundo lugar, além desses problemas, existem outros. Por exemplo, os alunos com mais de 12 anos estão sendo obrigados a ingressar em cursos supletivos, no que o Governo chama "Acertando o Passo". Na verdade, esse programa coloca todos os alunos com mais de 12 anos fazendo, obrigatoriamente, o supletivo do ensino fundamental da 5ª à 8ª séries.

Também começou agora o curso da cidadania, que, mais uma vez, não permite aos alunos com mais de 18 anos frequentar o ensino médio regular. Obriga todos a fazer o supletivo. Neste, evidentemente, os alunos ganham o diploma, mas não têm condições de competir com os que fazem o curso regular. E pior: tampouco competir com os que estudam em escolas particulares.

Esse é o problema, e é isso que queremos discutir com o Governo do Estado e com o Secretário da Educação. Ressaltamos, ainda, o papel importante que estão tendo os trabalhadores da educação e do magistério, que estão em greve. Fizeram com que o Governo voltasse atrás na decisão de não mais se sentar à mesa para discutir com os sindicatos.

Por fim, nos jornais de hoje, o Governador Eduardo Azeredo disse que, no seu próximo governo - se acontecesse essa tragédia -, não irá demitir nenhum funcionário público. Por quê? Porque já demitiu 32 mil no ano passado, por causa da não-renovação dos contratos. Agora, no processo de municipalização do ensino, demitiu mais de 10 mil. São mais de 40 mil trabalhadores da educação, entre serviços, professores e pessoal de secretaria, demitidos por este Governo, um dos que mais gerou desemprego no Estado.

Estamos aqui para apontar as incoerências deste Governo. O Secretário da Educação disse que não havia dinheiro, que não tinha como pagar as diferenças em atraso dos trabalhadores. Bastou uma semana de greve para o Governo se sentar e o dinheiro começar a aparecer. Não havia um centavo, e agora já há dinheiro para pagar os atrasados.

Não se podia prorrogar o concurso do P-1, mas agora já tem jeito. O Secretário João Batista dos Mares Guia falou desta tribuna, nesta Assembléia, que isso não era possível e ele não iria fazê-lo. Está gravada aqui, na Assembléia Legislativa, essa fala do Secretário. Porém, já na primeira rodada de negociação, o concurso do P-1 vai ser prorrogado. Ele disse também que não haveria mais concurso, mas agora já vai haver um para P-5.

Que negócio é esse? Antes não havia nada. Bastou iniciar a greve, que o Governador mudou o tom. O Secretário, arrogante, veio a esta tribuna e disse que os trabalhadores da educação não iam ter mais nada, porque ele já lhes tinha dado tudo; eles já estavam muito bem e era só problema do sindicato, que ficava fazendo birra. Infelizmente, está aí, Secretário. Vários alunos estão sem aula exclusivamente por culpa e responsabilidade sua e deste Governo, pois falam muito, e fazem pouco.

É exatamente isso que queremos deixar registrado. Os trabalhadores realizarão uma assembléia daqui a pouco, no pátio da Assembléia e demonstrarão, mais uma vez, que querem, de fato, colocar a educação de Minas no espaço que ela merece, o debate, e o Governo vai ter que voltar os olhos para a educação, deixando de pensar apenas na situação financeira, que é provocada por sua própria política econômica, e discutir os reais problemas por que passam os trabalhadores.

Segundo o Governo, as escolas poderiam funcionar apenas com Diretores e professores, mas os Diretores de escola, hoje, estão praticamente estressados, vivem em cursos, concursos e, acima de tudo, em processos de licitação fora da sala de aula, não tendo tempo para olhar a parte pedagógica da escola, que é a sua função. Eles deveriam preocupar-se com a formação dos jovens e das crianças, mas estão preocupados com os processos de licitação e os vários e eternos discursos do Secretário nas diversas reuniões e sessões que está convocando em todo o Estado, a fim de convencer os Diretores a fazerem campanha para o Sr. Eduardo Azeredo. Os Diretores de escola, primeiramente, têm que se reunir com a Superintendência, a fim de se prepararem para a reunião; depois, reúnem-se com João Filocre e, finalmente, com o Secretário, ou seja, os Diretores estão gastando mais tempo ouvindo do que cuidando do ensino nas escolas. Essa situação tem nos deixado extremamente entristecidos. Assim, queremos, como professor licenciado para exercer o mandato de Deputado e membro da Comissão de Educação desta Casa, que a questão da educação seja tratada com mais seriedade. O Governo precisa fazer suas negociações rapidamente, resolvendo os problemas e atendendo às reivindicações justas que fazem os trabalhadores dessa área.

Além do mais, precisamos travar um debate. O Secretário da Educação disse - e suas palavras estão gravadas pela televisão da Casa, pelos jornais e pelo "Minas Gerais", órgão oficial do Estado - que o Governador iria enviar o plano de carreira a esta Assembléia no dia 31 de maio deste ano, mas até agora não recebemos nada. Durante a greve, tentou dizer que não mandou o plano porque o sindicato o impediu, mas, felizmente, temos suas palavras registradas nos arquivos da Assembléia, para refrescar a memória do nosso Secretário da Educação, pois nunca vi tanta mentira em um espaço de tempo tão curto.

Vamos continuar cobrando. Queremos estabelecer aqui a teleconferência que o Secretário disse que iria realizar, para estabelecermos um debate amplo sobre o plano de carreira, mas, além disso, queremos voltar a discutir o processo de municipalização. Os municípios que pegaram, de forma apressada, uma grande quantidade de alunos, hoje estão com problema de pagamento de funcionários. Estive agora no Norte de Minas e vi, em Matias Cardoso e em outros municípios, vários professores com salários atrasados há dois ou três meses. Na minha região, o Triângulo, está ocorrendo o mesmo, em virtude de uma proposta irresponsável de transferência de 500 mil alunos do Estado para os municípios, no ano de 1998. Os municípios que pegaram esses alunos, acreditando na história do Governador de que receberiam dinheiro, fecharam a pré-escola para resolver o problema dos pagamentos. Crianças de 4 e 5 anos, que tinham acesso à educação, hoje já não o têm. Várias creches estão fechadas, mas isso não é problema para o Governador, porque seus filhos não precisam de creche. Entretanto, os filhos dos trabalhadores precisam delas, e elas eram mantidas com o dinheiro que hoje o município tem que desviar para os alunos que vieram do Estado. Estamos querendo discutir seriamente essas questões, mas, infelizmente, estamos vivendo uma campanha eleitoral muito "despolitizada", em que os meios de comunicação fogem, tirando-nos todas as possibilidades de debate. Não há cobertura, nem como as pessoas saberem o que está acontecendo, para discutir seriamente os temas. Queria debater com o Secretário da Educação ou com os candidatos deste Governo a situação da escola, baseado em dados objetivos e concretos, como os que estamos apresentando aqui. Porém, nessa campanha eleitoral, não há tempo nem espaço para isso. Há apenas espaço para o "Presidente-Rei" na televisão, não havendo espaço para debatermos nossas idéias e posicionamentos diferentes.

Entretanto, continuaremos resistindo e, onde for possível, procuraremos discutir os temas que interessam ao povo de Minas. Essa questão da educação é fundamental, e lamentamos a forma como o Governo a tem tratado.

Felizmente, Minas Gerais continua tendo os melhores professores deste País, os trabalhadores e um sindicato forte, que é o Sind-UTE, do qual tivemos o privilégio de participar e de dirigir uma subseção durante três anos. Queremos deixar, mais uma vez, reafirmados os nossos cumprimentos aos trabalhadores da educação, que não se curvaram a este Governo, que está de joelhos diante do Governo Federal. Levantaram as suas cabeças, levantaram as suas vozes e foram para a rua fazer com que o Governo parasse de apresentar mentiras na televisão e se sentasse para discutir a real situação por que passam os trabalhadores da educação e os estudantes das escolas públicas de Minas. Parabéns ao movimento dos

trabalhadores na educação. Acima de tudo, espero que a Assembléia Legislativa possa cobrar a responsabilidade deste Governo, diante das negociações que estão sendo feitas, diante dos problemas que o Governo vem causando aos alunos e, evidentemente, aos trabalhadores e aos pais desses alunos. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

403ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 2/9/98

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois assuntos importantes me trazem a esta tribuna, na tarde de hoje. São assuntos que, na sociedade mineira e brasileira de hoje, viraram coisas corriqueiras. Primeiramente, quero ler uma carta, um apelo que recebi do Sr. Maurício P. de Almeida, a respeito da Asia Motors: (- Lê:)

"Asia Motors: propaganda enganosa e desrespeito ao meio ambiente.

Prezados senhores brasileiros: venho pedir-lhes a sua ajuda em um assunto de interesse nacional. Trata-se da Asia Motors (Topic). Comprei uma Topic-zero quilômetro, há mais de um ano e meio, e nunca tive sossego com as leis federais. Meio ambiente: as Topics estão poluindo exageradamente, sem fiscalização. Segurança: estão colocando em risco milhares de vidas, usando extintores de 1kg, enquanto a lei exige o de 4Kg. Obrigatoriedade: os veículos não estão equipados com tacógrafo, medidor de tempo e velocidade, controle obrigatório para a Polícia Federal. Propaganda enganosa: desrespeito às leis de defesa do consumidor. A Asia Motors continua importando milhares de Topics para o Brasil sem se adequar às nossas leis federais e, o que é um absurdo, sem fiscalização pelas nossas autoridades competentes.

No meu caso, a situação é muito pior: meu carro teve o motor fundido com poucos meses de uso. Não trocaram o motor, e o serviço é da pior qualidade. Não consigo passar 20 dias sem ter que levar o carro para a oficina. Além de problemas na parte elétrica, ar-condicionado, suspensão, bancos, pintura, etc.

A Asia Motors está me obrigando a ficar com um carro com defeitos insolúveis. Ainda não terminei de pagá-lo.

Do PROCON ao Ministro da Justiça e até ao Presidente da República, já recorri, tentei de tudo. Posso provar tudo o que relatei. Preciso de um advogado competente e não tenho condições de contratar um. Por favor, me ajudem. Acorda, Brasil! Atenciosamente, Maurício P. Almeida".

Isso é mais uma daquelas enganações muito costumeiras no Brasil. O Brasil é o país da bagunça e da baderna, onde não há lei, não há o cumprimento da lei e não há justiça. Cadê a justiça? Ela não existe aqui, porque ela não funciona em momento algum. Essa é uma situação complicada e problemática. É preciso que nós, brasileiros, nos unamos no sentido de valorizar, a nós mesmos, institucionalizando este País, para vermos se ele ganha uma cultura de responsabilidade. Infelizmente, a cultura do brasileiro, especialmente na área da justiça, é de ir responsabilidade total.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago também à apreciação da Casa, na tarde de hoje, um requerimento com o seguinte teor. (- Lê:)

"Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., na forma regimental, seja formulado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, ao Secretário de Agricultura e ao Diretor-Geral do IMA, a fim de que seja dada autorização, para que os produtores de algodão do Triângulo possam comprar as sementes desenvolvidas pela EMBRAPA (ITA 90 e ITA 96) e pela CODETEC (CODETEC-401), nos Estados de Mato Grosso e do Paraná".

A justificação do requerimento é a que se segue.

"A safra 1997-1998, no Triângulo, precisamente nos Municípios de Centralina, Canápolis, Ipiacaçu, Monte Alegre de Minas, Uberlândia, Santa Vitória, Araporã, Iturama, Tupaciguara e Ituiutaba, em especial na área de algodão, passou por sérios problemas de produtividade devido à falta de variedades de sementes resistentes a diversas doenças. As variedades recomendadas para a região foram IAC-22, Delta Pyne-Acala 90 e Redenção. As sementes colocadas no mercado tiveram problemas de mistura de variedades, fato que deixou os produtores preocupados, pois a legislação de controle de produção de sementes não permite tais misturas. 95% das áreas plantadas na região, usou-se a variedade Delta Pyne-Acala 90.

Tal problema de produtividade causou grandes prejuízos aos produtores, levando-os às instituições financeiras para pedir prorrogação de até 60% de seus débitos.

Foi com grande surpresa que a Associação dos Produtores Rurais de Centralina - APRC - recebeu informações de que, para a safra 1998-1999 a Subcomissão Estadual do Algodão não recomendou para plantio no Estado variedades que foram desenvolvidas em Mato Grosso pela EMBRAPA (ITA-90 e ITA-96) e no Paraná pela CODETEC (CODETEC-401).

Tais variedades de sementes foram altamente produtivas nessas regiões. A variedade ITA-96 é a única resistente tanto à virose quanto à ramulose, principais doenças da região. Portanto, gostaríamos que fossem liberadas tais variedades pelas autoridades competentes, visto que as sementes que estão recomendadas são totalmente sensíveis a tais doenças. Com essa liberação, seria atribuída ao produtor rural liberdade e responsabilidade na escolha da variedade a ser plantada. As autoridades competentes deveriam fazer na região, a partir deste ano, campo de ensaio de todas as variedades plantadas em nosso País, para que não haja dúvida, no futuro, quanto ao tipo de semente a ser usado.

À vista do exposto, este requerimento há de merecer a aprovação de nossos ilustres pares nesta Casa, evitando-se que sementes não recomendadas, sensíveis a doenças, tais como IAC-22, Delta Pyne-Acala 90, Redenção, IAC-2rr e EPAMIG-5 precoce sejam usadas, causando grandes prejuízos aos produtores locais."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na semana passada tive a oportunidade de ser convidado para uma reunião no Município de Centralina, com a Associação dos Produtores Rurais da Cidade de Centralina, que engloba cerca de 10 ou 11 cidades daquela região. É de estarrecer o que ouvimos naquela reunião, porque a maioria dos produtores rurais, plantadores de algodão especificamente daquela área após o rio, que fica a 18km de Goiás, recebem um tratamento muito diferente do de Minas Gerais. Em primeiro lugar, eles podem comprar as sementes boas, com tecnologia aplicada e avançada, que dá melhor produtividade; em segundo lugar, porque Minas Gerais é a terra da picaretagem.

Acabei de falar sobre a picaretagem da Asia Motors e agora falo sobre a picaretagem da semente de algodão. Venderam uma semente que não dá produtividade, que produz um fio que está fora dos padrões de classificação para dar uma boa rentabilidade ao produtor. Os produtores financiaram suas terras. O Banco do Brasil é assim: quando financia alguma coisa, amarram tudo, até a botina do coitado do trabalhador fica amarrada no Banco. Financiaram e agora não têm como pagar, porque a classificação nem é feita na região, é feita em Belo Horizonte. Então, o indivíduo tem que sair do Triângulo Mineiro, a 700km daqui, e trazer uma amostra de algodão para ser classificada na Secretaria de Agricultura. É o maior absurdo do mundo. É preciso que as autoridades, o Governo mineiro, acordem para isso. A região produtora é lá, temos que levar a estrutura de apoio ao produtor para a região e não deixar a estrutura de apoio em Belo Horizonte, porque aí não é estrutura de apoio, mas sim um empecilho para que os indivíduos possam produzir bem.

Apresentamos este requerimento para solicitar uma atenção especial em favor do produtor mineiro, dando a ele a opção de comprar essas sementes no Estado de Mato Grosso, porque lá ele comprará sementes de boa qualidade, fiscalizadas, sem nenhum problema. Em Minas Gerais, infelizmente, existem esses órgãos todos, mas não funcionam. A verdade é essa, porque permitem a venda dessas sementes de péssima qualidade, que dão um prejuízo enorme ao produtor e ao Estado, porque, se o produtor não produz, o Estado também leva prejuízo. Acorde, gente! Vamos ter mais responsabilidade, gente! Mineiros, vamos acordar, vamos levantar a cabeça, vamos cuidar do nosso Estado com responsabilidade! Já está tarde, mas ainda é hora. Vamos ter cultura de responsabilidade e não deixar espalhar essa cultura da irresponsabilidade, da corrupção, da malvadeza e da safadeza que hoje grassa por todos os cantos do nosso Estado de Minas Gerais.

Estamos aí às portas de uma eleição. Quisera eu presenciar uma eleição absolutamente diferente das três que já presenciei, que foram absolutamente compradas e pagas. O Governo mineiro não está nem aí, principalmente a justiça eleitoral. Depois vêm multar um adesivo que está no carro. Pelo amor de Deus, vamos ganhar juízo e responsabilidade. Estamos com um processo de crime eleitoral de 1992 que não foi julgado até agora; a sentença está para ser proferida em Uberlândia, com tudo comprovado: ladroagem, safadeza, maracutaia, corrupção, dinheiro de Prefeitura envolvido. O mandato do Prefeito já acabou, o outro já está no meio do mandato, e a justiça, até agora, nada. É duro pensar que vivemos num Estado como Minas Gerais. Vamos acordar, gente! Vamos acordar, justiça! Esses dois casos aqui não deveriam precisar ser acionados, pois a justiça é que tinha que ir atrás, mas a justiça está dormindo, então, temos que acionar a justiça. Pelo amor de Deus!

O cidadão tem que ter defesa e estar protegido pelas leis. Tem que haver atuação da justiça. A lei deve ser cumprida para que a justiça seja promovida. Dessa forma que está, nessa bagunça, não tem jeito. Vamos continuar gritando, aqui, pelo menos, por mais quatro anos. Estamos trabalhando para isso, e certamente o eleitor quer que a gente volte. Pelo menos esse eleitor tem um pouco de responsabilidade e quer que voltemos para defender uma coerência melhor, a justiça. Enfim, para defender que se faça justiça no Estado e que se mude a cultura do Estado, porque a situação está de mal a pior.

Sr. Presidente, espero uma ação do Governo com relação, fundamentalmente, à questão dos plantadores de algodão da nossa região. Espero que essas firmas picaretas que venderam essas sementes absolutamente ruins tenham as suas portas fechadas ou que procurem ressarcir os produtores do prejuízo que tiveram. Sr. Presidente, encerrando, quero dizer que acredito muito no País, mas é preciso mudar a cultura. Muito obrigado.

O Deputado Álvaro Antônio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a região do Barreiro vive a concretização de uma esperança, qual seja a de ter o seu transporte ferroviário, pois o Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo, há pouco mais de uma semana, assinou a ordem de serviço das obras do metrô referentes ao trecho Calafate-Barreiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse seria o quarto acontecimento de grande importância para aquela região. Digo isso, porque aquele distrito da Capital mineira, com seus mais de 320 mil habitantes, teve uma obra que iniciou seu progresso, que foi a construção do viaduto. Em segundo lugar, foi ali construída a Via do Minério, encurtando a distância entre o Barreiro e o Centro de Belo Horizonte, propiciando um acesso mais rápido e seguro. Posteriormente, iniciou-se a construção do Distrito Industrial do Vale do Jatobá, que hoje, com mais de 100 indústrias, sem dúvida nenhuma, significou um grande aporte de recursos dos impostos carreados para o nosso município. Agora, estamos na iminência de conseguir a implantação do metrô de superfície, que poderá transportar os passageiros daquela região, em 18 minutos, até o Centro da cidade. Hoje, leva-se uma hora. É, realmente, uma grande conquista para aquela região a implantação do metrô. Teremos ali 140 mil passageiros sendo transportados diariamente pelo metrô, e haverá uma conexão com o transporte rodoviário. Uma estação no Centro do Barreiro de Baixo fará o acoplamento dos passageiros dos 67 bairros que fazem parte da administração do Barreiro, os quais poderão utilizar o metrô como outro modelo de transporte para aquela região.

O que nos entristece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a Prefeitura de Belo Horizonte não tem investido no Barreiro. Uma fraca administração regional não tem levado até a periferia do Barreiro as obras sempre solicitadas pelos moradores da região. Esperamos que o Prefeito dê um pouco mais de valor, pois a arrecadação da Mannesmann é a maior fonte isolada de arrecadação da Prefeitura de Belo Horizonte. Assim, não basta melhorar só o transporte; aliás, o transporte está recebendo uma grande contribuição do Estado, com o Governador Eduardo Azeredo. Ele foi sensibilizado por aquela população e providenciou um aporte de mais de R\$100.000.000,00, para que fosse dado andamento às obras do metrô, especificamente o ramal Calafate-Barreiro. Fica registrada a satisfação daquela população e meu contentamento com uma obra que esperamos por mais de 17 anos, e não foi concretizada antes, devido à falta que faz uma Secretaria de Transportes. O transporte aqui é relegado a terceiro ou quarto plano, e Minas Gerais ainda tem mania de olhar somente o transporte rodoviário e esquecer que temos um importante meio de transporte, que é o hidroviário. Somos a segunda bacia do País, praticamente a segunda do mundo, e até hoje não temos nenhuma iniciativa com relação ao transporte hidroviário. São Paulo começou a cuidar da navegação do rio Tietê junto com Minas Gerais, quando aqui existia uma Secretaria de Transportes. Hoje, avançou com mais de 1.300km de extensão, em São Paulo e no Paraná, e Minas Gerais não avançou nada nesse setor. Devido à extensão territorial, até hoje, não temos ninguém cuidando, especificamente, dos campos de aviação no Estado.

Tudo isso acontece pela miopia de certos governantes. Havia uma Secretaria que funcionava a contento; se a Secretaria de Transportes tivesse dado continuidade ao seu trabalho, teríamos o transporte hidroviário, através do rio das Velhas, chegando ao Município de Santa Luzia. Teríamos a construção de seis eclusas, passando pelo lado de Três Marias, chegando até as proximidades de Santa Luzia. Também através do rio Abaeté e pelo lago de Três Marias, teríamos o transporte hidroviário, o que seria sonhar de olhos abertos. Na época, quando fui o 1º-Secretário daquela Secretaria, a convite de Trancredo Neves, havia um grupo do exterior que queria disputar, ou usufruir daquele transporte hidroviário, através de um convênio por 20 anos, tempo que, para o Estado, nada representa. Eles construiriam as 6 eclusas através do rio das Velhas até o lago de Três Marias. E através do rio Abaeté seriam construídas 7 eclusas até aquela cidade. Isso significaria um grande ganho para Minas Gerais em investimento, uma vez que o transporte hidroviário é 14 vezes mais barato que o rodoviário.

Assim, fica a minha preocupação, mais uma vez, para que o Estado seja dotado de uma Secretaria de Transportes. Essa Casa houve por bem, através da modificação de seu Regimento, reconstituir a Comissão de Transporte, que, sem dúvida nenhuma, no próximo ano, irá forçar o Governador eleito a criar a Secretaria de Transportes para que Minas Gerais não fique a reboque de outros Estados da Federação.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Ibrahim Jacob - Sr. Presidente, Srs. Deputados: - Lê requerimento em que pede seja encaminhado ofício ao Governador do Estado, para que determine aos Secretários da Fazenda e da Educação o cumprimento da Lei nº 12.425, de 27/12/96, regulamentada pelo Decreto nº 38.886, de 1º/7/97, especificamente no que dispõe o art. 6º, § 3º, do referido Decreto. A justificação é a que se segue.

"Justificação: A Lei nº 12.425, de 27/12/96, altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária estadual e está regulamentada pelo Decreto nº 38.886, de 1º/7/97, que aprova o regulamento das taxas estaduais.

O art. 6º, § 3º, do referido decreto destina 1/5 dos recursos provenientes da arrecadação dessas taxas à contratação e à manutenção de serviços de segurança nas escolas públicas localizadas nos municípios onde ocorreu a arrecadação, de acordo com critérios estabelecidos pela Secretaria da Educação.

São, portanto, responsáveis pela aplicação do dispositivo em questão as duas Secretarias referidas neste requerimento, às quais compete cumprir prontamente as determinações legais e administrativas, cujo interesse maior é a segurança da população escolar.

Cientes da relevância da causa que nos moveu a apresentar esta proposição, contamos com a aprovação de nossos pares."

Sr. Presidente, queremos aqui reverenciar a memória de um dos maiores estadistas da América Latina, que foi Getúlio Vargas.

No último dia 24 de agosto, ocupamo-nos daquilo que consideramos um dever cívico, ditado por nossa condição de brasileiro consciente, de mandatário do povo mineiro nesta Casa e, mais ainda, de membro de um partido, o PDT, que é um legítimo continuador dos ideais trabalhistas neste País.

Concentramo-nos na leitura da carta-testamento que nos deixou o saudoso Presidente Getúlio Dornelles Vargas, cujo falecimento ocorreu, exatamente, há 44 anos. Não pretendemos fazer, nesta tribuna, um retrospecto da vida de Getúlio. É bem verdade que seria tarefa formidável e serviria como oportuna ilustração para os brasileiros mais jovens, muitos dos quais, do estadista de São Borja, só ouviram o nome e esparsas referências.

Mas o tempo urge. Há que buscar no passado as lições para as agruras presentes, e essas lições as encontraremos, sem dúvida, na obra getulista, de que a missiva testamentária é parte integrante. É nessa obra que nos fixaremos, até porque ela vem sendo insidiosamente atacada pelo pseudoliberalismo dos atuais governantes.

Realmente, é de estarrecer o que o Governo Fernando Henrique Cardoso vem fazendo contra o trabalho e os trabalhadores. Acompanhado por séquito de fâmulos em que se destaca a chamada equipe econômica e escudado no beneplácito de mandatários estaduais - entre eles, o atual ocupante do Palácio da Liberdade -, o Presidente da República avança em nome de um neoliberalismo que contempla escandalosamente a extrema direita e aquinhoa, de forma generosa, as eternas elites econômicas. Sem falar que é discípulo subserviente da

doutrina da globalização, imposta pelas potências do hemisfério norte para defender seus próprios e leoninos interesses.

Contra esse estado de coisas, estamos certos, iria insurgir-se o nosso homenageado. Afinal, ninguém esteve mais próximo da verdadeira nacionalidade que ele, a ponto de podermos dividir a história republicana em dois períodos distintos: antes e depois de Getúlio. Entre esses marcos, insere-se a chamada Era Vargas, que representou 24 anos de importantíssimas realizações em prol da sociedade brasileira.

Antes do advento de Vargas, até por volta de 1930, o trabalhador brasileiro - não será exagero afirmá-lo - vivia na condição de semi-escravo. Em meio a uma economia baseada na monocultura cafeeira e com a industrialização em estágio inicial e titubeante, as atividades produtivas se apoiavam nos braços de obreiros com pouquíssimos direitos. Não se cogitavam benefícios sociais, salários condignos, limitação dos horários, assistência médica ou dentária, férias e descanso semanal remunerados, estabilidade no emprego, aposentadorias e pensões. Em outras palavras, era um quadro em que o operário e sua família, do nascimento à morte, estavam condenados à instabilidade e à injustiça, num País que se proclamava moderno e democrático. Mas veio Getúlio, e sua vinda foi como que um sopro renovador, desalojando o arcaico em nome da modernidade. Sob sua inspiração e por sua iniciativa, o País conheceu a Consolidação das Leis do Trabalho, a Previdência Social, o Partido Trabalhista Brasileiro e o sistema sindical, para citar alguns dos pilares da obra grandiosa. Enquanto a legislação trabalhista sacramentava direitos sagrados e indiscutíveis, o órgão previdenciário dispunha sobre a assistência social em sentido amplo e efetivo; ao mesmo tempo, o partido e o sindicato se encarregavam das representações políticas e associativistas.

Consciente de que a defesa do empregado só teria sentido se houvesse emprego, Getúlio, outrossim, incentivou a industrialização para gerar novos postos de trabalho. Dessa época, temos a implantação do parque siderúrgico nacional, para dar um exemplo, e foi nessa época que o Brasil deixou de ser mero fornecedor de matérias-primas e de produtos agropecuários.

Foi realmente uma revolução aquela que nosso homenageado fomentou. Revolução justa e válida que, como todas as revoluções, iria contrariar interesses que levariam à queda do líder. No caso, as partes incomodadas foram os grupos oligárquicos que dominaram e ainda dominam a economia brasileira, para os quais é inaceitável a autêntica social-democracia, e os quais perseveram no mais ortodoxo e selvagem capitalismo.

Vale a pena, a propósito, ressaltar alguns dos trechos da carta-testamento, quando Getúlio justifica o gesto de se sacrificar, em função das pressões que vinha suportando. A realidade a que ele se refere é dolorosamente atual, vê-se que a espoliação do trabalhador subsiste, senão vejamos: "A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. Contra a revisão do salário mínimo se desencadearam ódios. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente".

São frases que colhemos, aleatoriamente, na seara de verdades que é o histórico documento, o qual, como já observamos, reveste-se de inquietante oportunidade. Hoje, a globalização e o neoliberalismo abrem nossas fronteiras ao produto estrangeiro pesadamente subsidiado, caracterizando desleal concorrência, que acarreta a quebra para nossas empresas e a perda de emprego para nosso operário. Hoje, o patrimônio da Nação é alienado a toque de caixa e a qualquer preço, para atender a processo privatista que põe em risco a própria soberania nacional. Hoje, o salário mínimo se encontra no triste e ridículo patamar de R\$130,00, os salários estão congelados por tempo indeterminado, o sistema público de saúde degingolou, a previdência social foi saqueada, e o arrocho fiscal sacrifica cruelmente o orçamento das famílias. É o saco de maldades atestado pelo próprio Presidente da República, para acobertar o buraco negro dos juros estratosféricos - que fazem daqui o paraíso do capital internacional especulativo - para não mencionar os deslizes de banqueiros amparados pelo PROER.

Não mudou muito, portanto, a situação por cuja melhoria Getúlio ofereceu sua vida. A diferença é que, naquele tempo, achava-se no Catete um estadista que era amigo dos pobres, enquanto, hoje, acha-se no Planalto um cidadão que faz o jogo dos ricos.

É forçoso reconhecer que a obra getulista começou a ser solapada antes do atual Governo. O instituto da estabilidade, por exemplo, foi derrubado ainda na década de 60, no auge da ditadura militar. Foi substituído pela opção, tornada obrigatória pelos empregadores, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Na gestão Collor, de triste memória, o patrimônio depositado no Fundo sofreu rude golpe, ao não serem corrigidos seus valores de acordo com a taxa inflacionária. No final, o trabalhador perdeu duplamente, mas a perda não cessou aí: continua, agora, com a reforma previdenciária em tramitação, a qual, entre outros aspectos, fará da merecida aposentadoria um sonho distante para milhões de brasileiros.

Não tencionamos fazer a apologia de Getúlio Vargas, atribuindo-lhe o dom da perfeição. Defeitos, ele os teve. Não podemos esquecer, por exemplo, o autoritarismo que caracterizou o período do Estado Novo. No entanto, as falhas, nele, se juntaram às qualidades para formar o grande homem. E é sob essa ótica que devemos analisar seu gesto ao pôr fim à própria vida.

De fato, muitos questionam sua opção pelo auto-exterminio. A ética cristã, realmente, não nos permite estar com ele de acordo, mas seria injusto não lhe reconhecer enorme grandeza moral. Embora tenha utilizado instrumento equívoco, foi o que encontrou para demonstrar sua preocupação para com o futuro dos desvalidos. E se quisermos penetrar em seu furo íntimo, naquele momento trágico, basta volver à sua carta-testamento, quando ele afirma, dirigindo-se ao povo - "Escolho este meio para estar sempre convosco. Agora, serenamente, dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História".

Se, de onde estiver, puder Getúlio observar o que aqui se passa, haverá de se sentir desiludido e frustrado. Haverá de concluir que seu sacrifício foi em vão; que a injustiça continua; que os pobres estão sempre mais pobres e os ricos, mais ricos; que o trabalho escasseia para muitos na mesma proporção em que o capital se multiplica para poucos. Haverá de constatar, com indignação, que até da sigla de seu partido, que congregava o trabalhismo mais legítimo, ele foi despojado.

Existe, no entanto, uma maneira de não decepcionar o espírito desse brasileiro dos Pampas, desse homem inspirado que enxergou além de seu tempo e se imolou pela causa em que acreditava. Será proximamente, quando das eleições de outubro, pela escolha consciente, isenta e responsável que se espera do cidadão brasileiro, em geral, e daqueles integrantes da força de trabalho, em particular.

O Presidente da República, em seu afã de garantir a reeleição, tem feito declarações e promessas no mínimo mirabolantes. Entre elas, podemos citar a assertiva de que irá, no segundo mandato, criar 8 milhões de novos empregos, em cenário econômico que contemplará crescimento anual de 6%. Seria ótimo acreditar nisso, é disso que precisamos, mas trata-se de simples falácia. Se assim não fosse, estaria ele, desde já, trabalhando na construção de tão positiva realidade futura. Ao contrário, o que está fazendo é dilapidar o patrimônio público, desestimular novos empreendimentos produtivos e levar a incerteza a todo o povo.

Pois é contra esse tipo de manipulação que o eleitor brasileiro deve manifestar-se nas urnas. Assim fazendo, estará abrindo caminho para que encontremos a luz no fim do túnel. Assim agindo, irá aproximar-nos daquele Brasil justo e próspero que Getúlio Vargas almejava.

O Deputado Raul Lima Neto - Exmo. Sr. Presidente "ad hoc", valoroso guerreiro norte-mineiro, Deputado José Braga, senhores, senhoras, senhores da imprensa, Srs. Deputados, há um provérbio antigo que diz: "O Governador que dá ouvidos a palavras mentirosas achará que todos os seus servos são perversos". Esse é um ditado bíblico, em que Salomão, fazendo uma análise do homem político - análise essa em que descreve o homem político, especialmente aquele que tem o poder executivo -, descreve a sabedoria como um homem a quem Deus revestiu de autoridade para que pastoreasse o seu povo. E conclui dizendo que o Governador que dá ouvidos a palavras mentirosas irá achar que todos os seus correligionários são perversos.

Srs. Deputados, considero uma falta de respeito para com o povo, uma falta de sensibilidade, uma falta de vocação política para apascentar a pátria, a cidade, a comunidade, o povo, considero reprovado politicamente um Governador que ouve apenas a palavra de seus assessores e não faz reflexão sobre os interesses e o clamor do povo. Já é a quinta vez que S. Exa., o Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo, faz isso. E procuro compreendê-lo como pessoa até porque, assessorado como está, talvez as palavras que tem ouvido o tenham levado a decisões tão antipopulares. Como bem diz a sabedoria aos governadores: "Tira da prata a escória e ela se tornará uma peça para o artesão". Tira da presença do Governador os homens mentirosos e o seu mandato se firmará na justiça. O projeto de lei que o Governador enviou a esta Casa já tramitava ontem em 2º turno, estava pronto para ir à sanção e o Governador mandou retirá-lo. Projeto esse que tinha e tem a aprovação e o apoio da maioria dos pares desta Casa; projeto esse que corrige uma injustiça que certamente leva o nosso povo a colher a consequência da sua maldade, da sua injustiça. Vivemos num mundo sob o sol, em que todo efeito tem uma causa. Não há efeito sem causa. As leis fixas que nos regem ultrapassam a legislação e até a compreensão do homem. Há a lei da gravidade, a lei da sementeira e da colheita. Diz o apóstolo Tiago: "Se você semeia vento, colhe tempestade".

Se você semeia um saco de milho, você pode colher 100 sacos. E assim também aquele que semeia a injustiça e a permite colhe gemidos e clamores do povo e infelicidade para si próprio, ainda que cercado de benesses e riquezas palacianas.

Senhores, parece simples. É um projeto que obriga as estações rodoviárias e paradas de ônibus a terem banheiros gratuitos para os usuários dos ônibus, para aqueles que estão viajando, para aqueles que adquiriram passagem. O que acontece no País é uma exploração do pobre, do homem, dos menos favorecidos. Aproveitam todas as oportunidades para tirar o dinheiro do povo, que já o tem tão escasso. Não são somente as empresas de transporte coletivos, mas vimos também a própria TELEMIG agora explorando a classe consumidora do nosso Estado, obrigando a quem tem telefone celular que não seja digital a comprar um digital, se quiser usufruir do bina, que pode ser acoplado a qualquer telefone. Fizemos isso. E o Presidente da TELEMIG declarou: fizemos isso, porque quisemos; decidimos fazer isso porque é uma forma de ganhar dinheiro; é uma forma de vender para quem compra, para quem tem dinheiro, que é uma pequena camada do Brasil que precisa ser explorada. E é a mantenedora dos grandes cartéis, dos grandes trustes, dos grandes monopólios no nosso País.

As estações rodoviárias recebem ali o povo brasileiro, o trabalhador, o profissional liberal, a mãe, o pai de família, que não podem viajar de avião e viajam de ônibus, ainda que os ônibus aqui sejam mais caros que os aviões nos Estados Unidos, porque aqui existe um monopólio de todas as atividades que arrecadam dinheiro, como a do transporte coletivo.

Temos um projeto tramitando nesta Casa, que dá a todo cidadão brasileiro residente no Estado de Minas Gerais a oportunidade de, se quiser, montar a sua empresa de ônibus intermunicipal. Basta que ele tenha, para cada dois ônibus, um de reserva e disponha sobre o estado de conservação deles, que devem ser novos. Ora, é um projeto simples, que abre as portas para a arrecadação de dinheiro, de riquezas da sociedade ou pelo menos para a sua manutenção. Mas esse projeto ainda não veio a Plenário e já recebeu oposição no início, porque fere os interesses de um grande monopólio no Brasil, chamado transporte coletivo, em que há empresas como a Gontijo e a Penha, que agora é da Itapemirim. Lembro-me bem que a Penha competia com a Itapemirim para Brasília e que melhorava mais a cada mês seus ônibus, colocando rodomoças, servindo guaraná, misto-quente; e a Itapemirim começou a colocar aqueles ônibus com poltronas bem separadas, os "tribus". Mas aí a Itapemirim comprou a Penha, o que é proibido pela Constituição, e fez um monopólio. Todo mundo sabe disso e as autoridades se calam, porque o nosso Presidente não levanta a sua voz para ameaçar quem tem o poder econômico.

Estações rodoviárias são tão distintas dos aeroportos, não só porque os aviões têm asas, mas também porque seus passageiros têm dinheiro. Essa é a razão pela qual, se um cidadão brasileiro comprar uma passagem de ônibus, ele tem que calcular quantas vezes vai precisar usar o banheiro durante a viagem, porque terá que pagar por isso. Certa feita, na cidade de Curvelo, deparei-me com uma mãe de família que não podia levar seus filhos ao banheiro, porque teria que pagar R\$0,70 por pessoa. Aqui se paga R\$0,40. Imaginem um pai de família, a esposa, mais quatro filhos: são 6 vezes R\$0,40, o que dá R\$2,40.

Isso faz diferença. Na passagem já está incluso o uso da estação rodoviária, de suas dependências e das paradas de ônibus. Isso porque tira um pouco do lucro dos exploradores, do consumo forçado que tem o passageiro. Esse projeto foi vetado, sem nenhuma explicação, por S. Exa. o Governador do Estado. E como vetado? Agora, sabendo ele que esse projeto retornaria, manda que um de seus servos - o qual considera perverso - entre com uma emenda prejudicada, com o único intuito de fazer com que esse projeto não seja votado, aprovado e por ele sancionado ou vetado, o que lhe traria um descrédito maior ainda.

Senhores, a minha insistência em usar a palavra é pelo fato de que a palavra propagada encontra, nos corações, ressonância, e a voz do povo é, às vezes, a voz de Deus. Poderá responder nas eleições o que tem sentido, o que tem sofrido com uma administração draconiana, que oprime o povo em benefício exclusivo de seus interesses particulares. Cito o caso das professoras primárias. Quando a propaganda diz que Minas tem a melhor educação do Brasil, vemos no interior professoras primárias sem condições de pegar ônibus para levar o ensino aos alunos, pegando carona, arriscando vidas para ganhar um mínimo salário. Não há preocupação com o indivíduo, não há preocupação com o homem, há preocupação com a arrecadação, com o acúmulo de riquezas para aplicação de acordo com seus próprios interesses, como se o Estado fosse somente uma empresa. Mas o Estado é mais que uma empresa, o Estado é, acima de tudo, uma família, a família do povo de Minas Gerais. Vejam o aumento do IPVA, da água, da luz. Quando este Deputado levantou-se contra aquele aumento, teve cortadas todas as verbas prometidas pelo Governador a entidades e a municípios carentes. Verbas destinadas à construção de poços artesianos, a projetos de eletrificação, a orfanatos e a asilos foram cortadas exclusivamente porque este parlamentar usou do direito de não concordar com o Sr. Governador. Senhores, até quando essa iniquidade perdurará? Até quando quisermos. No momento em que o povo toma consciência, no momento em que o político toma consciência de sua grande função para com Deus e para com o povo e de que vai responder, no tribunal de Deus, por cada ação sua neste Plenário, temos uma responsabilidade altíssima. Se avaliássemos, gemeríamos, como disse o Padre Antônio Vieira, porque norteamos, legislamos, direcionamos o povo. Quantas vezes o povo não é sequer considerado quando os interesses facciosos, partidaristas ou de grupos econômicos potentes conflitam com o seu interesse. É necessário que haja uma mudança de conceito pelo político. Gostaria que essa mudança de conceito fosse encontrar guarida na mente de S. Exa. o Governador e do Presidente da República: a Nação é o povo, o compromisso de um político é com Deus e com o povo; os acordos devem ser, primeiro, levados a uma baliza ao principal acordo que temos com Deus e com o povo que nos elegeu.

Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, é uma pena. Levantamos uma questão de ordem e esperamos que na próxima plenária tenhamos a resposta e a volta desse projeto, que, embora simples, é importante para a classe dos usuários de ônibus do nosso Estado. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 31/8/98, o Sr. Presidente, nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, assinou os seguintes atos:

exonerando Maria Inês de Mendonça do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Rosana Cortes Silva Raid para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

ERRATAS

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.800/98

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 13/8/98, na pág. 14, col. 1, onde se lê:

"PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.800/98", leia-se:

"PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.800/98".

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.799/98

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 13/8/98, na pág. 14, col. 1, onde se lê:

"PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.799/98", leia-se:

"PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.799/98".